

1996. Esses dois limites mínimos de renda foram selecionados porque equivalem a 2.500 dólares e a 5.000 dólares em 1973. Como a PNAD desse ano não incluiu uma variável contínua para a renda, não é possível analisar a variação média desse item ou realizar qualquer outro tipo de análise de renda.

A renda familiar varia sistematicamente de acordo com a posição de classe. As classes de profissionais e administradores (classes I e II) têm os mais altos percentuais de pessoas com renda elevada. As classes I e II têm duas vezes mais trabalhadores com rendas elevadas do que qualquer outra – exceto a dos empregadores urbanos (IVa). Os técnicos e os supervisores do trabalho manual (V), que compõem a elite da classe trabalhadora manual, contam com mais pessoas com renda elevada do que as classes não-manuais, tais como a dos “pequenos” proprietários sem empregados (classe IVb) e a dos trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Entre as classes rurais, a que é formada pelos empregadores rurais de médio porte (IVc) possui mais de 10% de seus membros com renda relativamente elevada, ao passo que as classes não-manuais e manuais exibem baixa proporção de pessoas com renda acima dos cortes definidos. Por exemplo, o percentual de empregadores rurais com renda anual acima de 9.700 dólares é mais alto do que o de trabalhadores qualificados e não-qualificados urbanos (classes VIa, VIb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3 e VIIa4), de “pequenos” proprietários sem empregados (classe IVb) e de trabalhadores não-manuais de rotina de nível baixo (classe IIIb). Em compensação, as classes de trabalhadores rurais (VIIb), trabalhadores qualificados e não-qualificados na indústria tradicional (VIb e VIIa1) e trabalhadores não-qualificados nos serviços domésticos (VIIa3) praticamente não têm pessoas com renda anual superior a 9.700 dólares.

Além dessas indicações, o gráfico mostra que os níveis de desigualdade entre as classes sociais permaneceram constantes e altos nos quatro anos pesquisados. Como consequência do Plano Real, que colocou o real e o dólar em paridade entre 1994 e 1998, os percentuais de pessoas em cada classe com renda acima dos pontos de corte em 1996 são mais elevados do que nos outros anos. A distribuição de renda, no entanto, não se modificou, uma vez que as distâncias relativas entre as classes não mudaram. Esse fato aponta o que diversos estudiosos já confirmaram: a desigualdade de renda permaneceu praticamente inalterada ao longo das décadas de 1970 e 1980 (BARROS, HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Também fica claro no gráfico, e que os

estudiosos anteriores não ressaltaram, que essa desigualdade de renda está fortemente associada à estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Como sugeri no início deste capítulo, uma teoria estrutural das desigualdades deveria observar não apenas a distribuição de renda, mas também a estrutura de classes que determina em parte as iniquidades nessa distribuição. Na realidade, alguns estudos importantes mostram a relevância de desenvolver análises de classe para entender a desigualdade de renda no Brasil (SANTOS, 2000).

Outra informação que pode ser apreendida a partir da observação do Gráfico 9, principalmente com relação ao corte de 9.700 dólares, é o padrão da distribuição de renda. Ou seja, além de revelar a presença da desigualdade de renda, o gráfico destaca o padrão dessa desigualdade entre as classes sociais. Esse padrão não se caracteriza apenas pela existência de um pequeno grupo no topo e um grande grupo na base da distribuição de renda. Pelo contrário, há diversas classes em situações intermediárias, o que significa que o padrão não pode ser resumido à ideia de que há forte concentração no topo, porque na realidade a desigualdade se dá entre os diversos grupos de classe. É verdade que os profissionais, administradores e proprietários empregadores (I, II, e IVa) estão claramente no topo e que trabalhadores do campo, do setor tradicional e dos serviços domésticos (VIIb, VIIc, VIIa1, e VIIa3) encontram-se na base da distribuição de renda. Mas há também algumas classes em situações intermediárias – por exemplo, os técnicos e supervisores (V), os trabalhadores não-manuais de rotina (IIIa) e os trabalhadores manuais qualificados na indústria moderna (VIa e VIIa2).

Em importante estudo, Torche (2004, 2005) argumenta que a relação entre desigualdades de oportunidades, tal como apreendida nas taxas relativas de mobilidade ou fluidez social, está fortemente associada antes ao padrão de desigualdade de renda do que aos níveis desse tipo de desigualdade, como sugerem Goldthorpe e Erickson (1993). No Chile, país estudado por Torche (2005), embora a desigualdade de renda seja muito alta, o padrão é caracterizado pela concentração no topo e pouca desigualdade abaixo. Isso implica em altas taxas de desigualdade de oportunidades entre a elite e as outras classes e pouca desigualdade entre estas últimas. No Brasil, o padrão de desigualdade de renda é ligeiramente diferente, na medida em que há altos níveis de desigualdade não apenas entre a elite e os outros grupos, mas também entre os grupos abaixo da elite. No último capítulo deste livro, analiso comparativamente o

padrão de desigualdade de oportunidades no Brasil e discuto em mais detalhe a relevância da hipótese de Torche para o caso brasileiro.

Por ora, é importante destacar que não há mudança entre 1973 e 1996 nos níveis de desigualdade de renda entre as classes sociais no Brasil, embora entre 1988 e 1996 tenha aumentado o percentual de pessoas com renda relativamente elevada em cada classe. Esse aumento é certamente uma consequência do Plano Real, fato já reconhecido em diversos estudos (HENRIQUES, 2000).

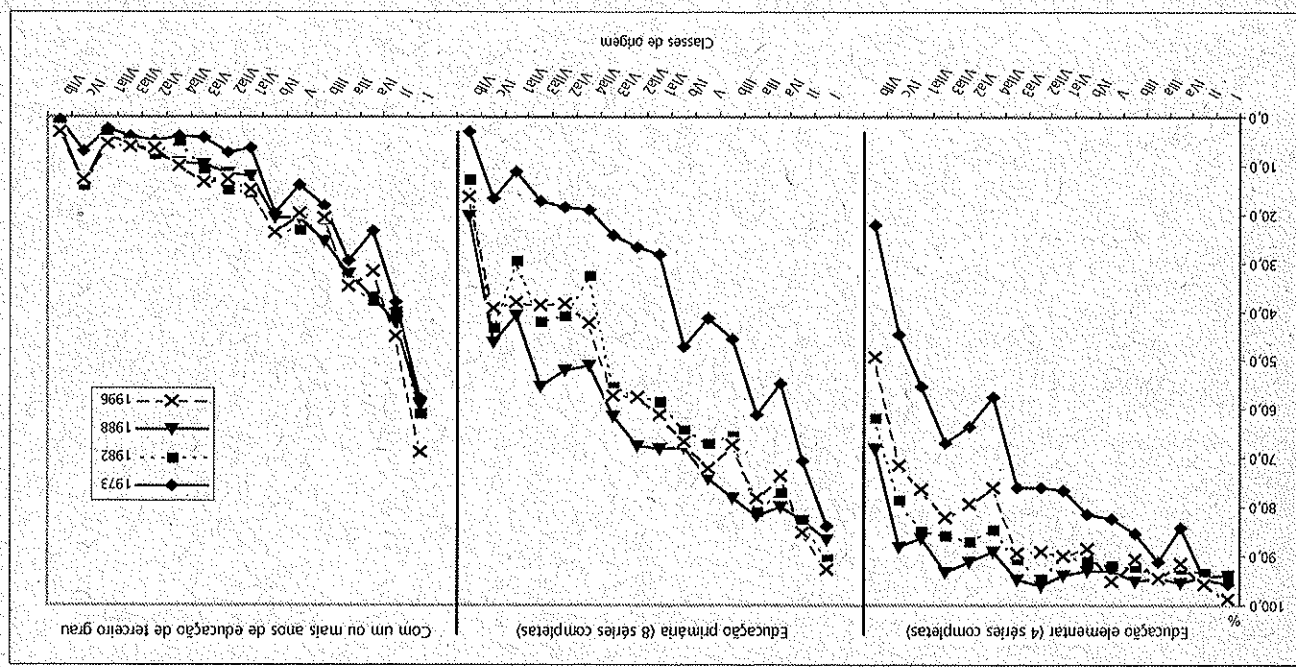
CLASSE SOCIAL E RECURSOS EDUCACIONAIS

A educação é uma variável fundamental nas análises de estratificação. O sistema escolar é freqüentemente considerado como o principal fator de ligação entre classes de origem e de destino. As diversas teorias sobre estratificação debatem se o sistema escolar ajuda a impulsionar as pessoas para cima na estrutura de classes. (KERR et al., 1960; JENCKS et al., 1972, 1979), se funciona como um poderoso mecanismo de reprodução (BOURDIEU; PASSERON, 1977; BOWLES; GINTIS, 1976; COLLINS, 1974), ou ainda se é caracterizado por uma combinação das duas alternativas anteriores (GAMBETTA, 1987; HALSEY; HEATH; RIDGE, 1980). A importância da educação nas teorias de estratificação é tanta que algumas delas chegam a considerar que os níveis altos de escolaridade aumentam o "capital humano" de um indivíduo (BECKER, 1993). Além disso, inúmeros programas de pesquisa indicam que a escolaridade alcançada associa-se a muitas outras esferas da vida, de condições sanitárias melhores ao sucesso econômico.⁴⁵ Por conseguinte, o nível de escolaridade alcançado deveria ser compreendido como uma variável que mede um recurso de definição, quase indispensável, das oportunidades de vida.

Nesta seção, descrevo a variação do nível educacional entre os descendentes de cada classe social. Se as origens de classe determinarem diferenças nas chances de avanço no sistema escolar, então será possível afirmar que as classes em que as pessoas crescem influenciam suas chances de obter recursos educacionais fundamentais para acessar algumas classes de destino. O importante, portanto, não é verificar a educação média das pessoas em cada grupo de

45 Para uma resenha da literatura, ver Hallinan (1988).

Gráfico 10 – Participação de homens entre 25 e 64 anos, por nível educacional alcançado, segundo classe social de origem – Brasil, 1973-1996



destino, mas o nível educacional alcançado por pessoas com diferentes origens de classe.

O Gráfico 10 mostra a variação na escolaridade alcançada, por classe de origem, em 1973, 1982, 1988 e 1996. Três limites educacionais são apresentados: o percentual de pessoas com os quatro primeiros anos do curso primário (que, até 1971, formavam a escolaridade mínima exigida por lei no Brasil); o percentual de pessoas com os primeiros oito anos da educação elementar (que, após 1971, passaram a ser o mínimo exigido por lei); e o percentual de pessoas com, pelo menos, um ano de faculdade ou de qualquer nível de educação de terceiro grau.

Em vez de seguir a prática comum de usar a média dos anos de escolaridade alcançada como uma forma de medir os níveis de educação, para o caso brasileiro, a apresentação de três transições é mais esclarecedora porque as taxas de reprovação no sistema educacional têm sido historicamente altas. A pesquisa sobre a obtenção de escolaridade no Brasil, empreendida pelo físico Sérgio Costa Ribeiro e pelo estatístico Ruben Klein (1991), indica que, embora o número de alunos que termina cada ano escolar do sistema serial de educação seja muito baixo, a média dos anos de escolaridade para a população jovem é muito alta. Ou seja, as pessoas permanecem na escola muitos anos, mas demoram muito para chegar às séries mais adiantadas. Na década de 1980, a taxa de reprovação na primeira série do curso primário era de cerca de 50%. O Gráfico 10 mostra alguns outros aspectos da variação dos níveis de escolaridade entre as pessoas oriundas das 16 classes que analiso.

A comparação dos dados ao longo do tempo mostra que, entre 1973 e 1982, melhoraram bastante as taxas de conclusão da educação primária para pessoas oriundas de quase todas as classes, com exceção dos filhos de profissionais e administradores, que sempre tiveram quase certeza de finalização dos níveis elementar e primário. Essa melhoria nas taxas de acesso à educação primária e elementar deve-se em parte à expansão do sistema educacional durante o período político democrático, entre 1945 e 1964. Durante esses anos o governo investiu maciçamente na educação elementar. Após 1964, a ditadura militar mudou o foco do investimento, direcionando-o ao terceiro grau. Todavia, mesmo durante esse período os efeitos da expansão do sistema educacional elementar puderam ser observados (CUNHA, 1975). De fato, com exceção das classes rurais, o acesso à educação elementar não está estratificado

por classe de origem. Pessoas de praticamente todas as classes têm chances de terminar as quatro séries elementares. A conclusão do primeiro grau, no entanto, continua ligada à classe de origem, embora tenha se tornado mais comum a partir de 1982.

Em contraste, as taxas de acesso ao terceiro grau estão fortemente estratificadas por origem de classe e permaneceram praticamente inalteradas no período analisado. Embora sejam necessários estudos mais sofisticados, a desigualdade na obtenção da educação de terceiro grau já fica evidente após um exame superficial do Gráfico 10. De cada dez filhos de profissionais, administradores e gerentes de nível alto (classe I), cinco têm, pelo menos, um ano de educação universitária. Ao passo que no máximo um em cada dez filhos de trabalhadores manuais (VIa, Vb, VIc, VIIa1, VIIa2, VIIa3, VIIa4, e VIIb) entra na universidade. Em situação intermediária observa-se que dois ou três em cada dez filhos de pequenos proprietários (IVa, e IVb) e trabalhadores manuais de rotina (IIIa e IIIb) entram na universidade. Essas chances, como acentuei, não se modificaram significativamente entre 1973 e 1996.

Em suma, os dados indicam que, entre 1973 e 1982, melhoraram substancialmente as chances de pessoas oriundas das classes mais baixas concluírem as quatro séries de educação elementar. Conseqüentemente, diminuiu a desigualdade de acesso a esse nível de educação. Embora as chances de pessoas de estratos mais baixos concluírem o primeiro grau também tenham se ampliado entre 1973 e 1982, a desigualdade de classe permaneceu significativa até 1996. Em contraste, a classe de origem permaneceu, ao longo de todo período, fortemente associada ao acesso à universidade, ou seja, não se reduziu a desigualdade de acesso ao terceiro grau.

CLASSE SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA

Renda e educação são recursos, ou meios, para a obtenção de diversos bens e resultados socialmente valorizados. Passo, agora, a apresentar a relação entre classe social e alguns desses bens ou resultados disponíveis, em dois conjuntos de dados: itens de consumo básicos e serviços fundamentais oferecidos aos domicílios. Mais especificamente descrevo a privação que as pessoas em cada posição de classe sofrem, ou seja, meço a falta de acesso a

alguns bens e serviços básicos. Exibo o percentual em cada classe que não tem acesso a televisão e geladeira (bens básicos) e a fornecimento de água tratada e energia elétrica (serviços básicos). Os dados sobre falta de acesso a tais bens e serviços elementares são apenas indicadores dos níveis de bem-estar disponíveis a cada classe social. A possibilidade de alcançar outros serviços e bens valorizados deve, de alguma forma, estar associado ao acesso aos itens básicos que apresento. Em outras palavras, se um alto percentual de pessoas em uma determinada classe não dispõe dos itens básicos, provavelmente uma boa parte dos integrantes da classe não tem acesso a diversos outros bens e serviços socialmente valorizados.

Os Gráficos 11 e 12 mostram as taxas de privação ou o percentual dos domicílios que não têm acesso a televisão, geladeira, água tratada e rede elétrica.

O Gráfico 11 descreve os graus de privação de dois itens de consumo básicos para cada classe ao longo dos quatro anos. O percentual de casas sem televisão diminuiu tanto para os profissionais e administradores de nível alto (classe I) como para os trabalhadores rurais (classe VIIIb): em 1973, as proporções eram de 6,8% e 92,8%, respectivamente, e chegaram a 3,7% e 42,4%, em 1996. As disparidades entre as classes sociais em termos de acesso a geladeira seguem padrões similares aos observados para disponibilidade de televisão. Outra característica evidente no gráfico é a diferença nos níveis de consumo entre as classes urbanas e rurais, demonstrando que algumas das desigualdades têm mais ligação com a geografia do que com a posição de classe. Isso não significa que, em relação às classes sociais, não haja uma distribuição desigual, na medida em que o gráfico também revela que os padrões de consumo variam significativamente entre as posições de classes. Como já se esperava, as classes mais privilegiadas possuem acesso quase irrestrito aos itens de consumo básicos, ao passo que para os membros de classes menos privilegiadas as chances de esses itens faltarem são maiores. Apesar da variação considerável nos padrões de consumo entre classes sociais nos quatro anos estudados, fica evidente que, com o passar do tempo, os níveis de consumo para todas as classes aumentaram gradativamente.

O Gráfico 12 apresenta dados sobre a falta de acesso a serviços básicos em todas as 16 classes sociais. Esse quesito varia, também, de acordo com a localização geográfica porque as classes urbanas apresentam mais probabilidade de dispor desses serviços do que as rurais. Todavia, dentro das classes rurais e

urbanas, há variação considerável com relação ao fornecimento de água tratada e de energia elétrica. Ao longo dos anos, a diferença entre as classes diminuiu consideravelmente. Enquanto, em 1973, as chances de os trabalhadores manuais não-qualificados na indústria tradicional (Vila3) não receberem água tratada eram 10 vezes maior do que as dos profissionais e administradores de nível alto (I), em 1996 o primeiro grupo tinha apenas 3 vezes mais chances de não receber esse serviço do que o segundo grupo. Em resumo, embora a carência desses serviços varie muito entre classes sociais, os dados do Gráfico 12 indicam que, entre 1973 e 1996, houve melhora gradativa na sua oferta a população.

Os dados analisados nesta seção mostram que o abastecimento de itens de consumo básico e o fornecimento de serviços essenciais melhoraram consideravelmente no período de referência. Além disso, em termos da privação desses itens e serviços, as distâncias entre as classes diminuíram ao longo do tempo, ou seja, nesse quesito a desigualdade de classes decresceu enormemente ao longo das décadas analisadas. Mais especificamente, alcançou-se grande melhoria principalmente entre 1973 e 1982 - estes resultados confirmam análises anteriores sobre as condições de vida no Brasil (ALBUQUERQUE; VILLELA, 1993).

CONCLUSÃO

Após apresentar o esquema de classes usado neste livro, descrevi a variação das diferentes dimensões de chances de vida entre as 16 classes sociais da versão mais ampliada desse esquema. Quatro temas foram discutidos no capítulo. Primeiro, abordei a concepção teórica neo-weberiana que informa a elaboração das classes sociais. Segundo, indiquei algumas especificidades da implementação do esquema neo-weberiano ao caso brasileiro e mostrei de que forma essas classes se encontram em uma ordem hierárquica. Terceiro, apresentei análises que revelam que classe social é uma variável importante para a compreensão da desigualdade das chances de vida. Quarto, exibi dados que podem ser usados para questionar a concepção de que as diversas formas de desigualdade diminuem com o desenvolvimento econômico. Os resultados

das análises apresentadas revelam: que o esquema neo-weberiano é teórica e empiricamente relevante no caso brasileiro, que as classes sociais encontram-se hierarquicamente ordenadas, que as chances de vida estão claramente estratificadas por classes, e que a teoria de que o desenvolvimento econômico leva a uma desigualdade menor das chances de vida entre as classes sociais deve ser questionada.

Como mostrei ao abordar a concepção neo-weberiana, as classes sociais devem medir principalmente diferenças nas chances de vida. Ao longo de todo o capítulo apontei que tais chances de vida realmente estão associadas à posição de classe das pessoas, definida pelas "relações de emprego" que caracterizam o trabalho ligado a cada classe social. Por meio do Gráfico 7 revelei que as chances de progressão ao longo da carreira estão claramente diferenciadas entre as classes sociais. De acordo com a teoria exposta por Goldthorpe (2000), esse tipo de progressão funcional é uma das principais maneiras de acessar a diferença entre o trabalho nas classes de profissionais e administradores e nas de trabalhadores comuns. Enquanto os profissionais gozam de mais benefícios de carreira porque exercem atividades essenciais e de difícil controle por parte dos empregadores, os trabalhadores comuns desempenham tarefas de controle simples e podem ser substituídos com facilidade. Conseqüentemente, Goldthorpe (2000) prevê que as carreiras dos profissionais são marcadas por benefícios a longo prazo e a dos trabalhadores, pela falta desse tipo de benefício. Os dados brasileiros, apresentados no Gráfico 7, confirmam essas expectativas teóricas e, nesse sentido, comprovam a relevância do esquema neo-weberiano para sua classificação.

Embora os dados nacionais possam facilmente ser classificados de acordo com a tradição neo-weberiana, algumas diferenciações importantes da estrutura ocupacional do país ficam ocultas no esquema Casmin com 11 classes sociais. O principal problema é que o esquema foi formulado para analisar a mobilidade social em países europeus de industrialização avançada. Nesses países há muita diferenciação entre as classes de trabalho não-manual e pouca diferenciação naquelas de trabalho manual. Ao classificar os dados brasileiros de acordo com esse esquema, verifica-se que um enorme contingente de pessoas (mais de 40%) concentra-se em duas classes: a de trabalhadores manuais qualificados (VI) e a de trabalhadores manuais não-qualificados (VIIa). De acordo com literatura brasileira discutida, há muitas distinções importantes dentro da

classe trabalhadora que devem ser levadas em conta para analisar a estratificação no país. Setores da indústria moderna e tradicional, em particular, seriam claramente diferenciados, colocando trabalhadores qualificados e não-qualificados em posições hierárquicas bastante distintas. Apresentei análises que confirmam essa expectativa e sugeri um esquema ampliado incluindo 16 classes, em vez de apenas 11. O esquema ampliado, por um lado, mostra-se relevante na medida em que faz distinções importantes dentro da classe trabalhadora e, por outro lado, possibilita a análise seqüente da dimensão hierárquica entre as classes, que é fundamental no processo de mobilidade social que descreverei no próximo capítulo.

As análises deste capítulo mostram que diversas variáveis, que medem aspectos diferentes das chances de vida, estão estratificadas de acordo com as divisões de classe. Entre os 16 grupos, o dos profissionais e administradores de nível mais alto (classe I) é o que desfruta as melhores condições de vida. No outro extremo, estão as classes de trabalhadores manuais urbanos na indústria tradicional e de trabalhadores rurais (VIb, VIIa, e VIIb). Cada uma das variáveis descritas é distribuída entre as classes sociais de maneira desigual. Mas, como é que essas distribuições mudaram no período que vai de 1973 a 1996?

Isso depende de cada uma das dimensões que analisei. Por exemplo, quando se trata de renda, a distância entre as classes permaneceu inalterada com o passar do tempo. Isto é, durante o período estudado, a desigualdade de renda entre as classes foi alta e constante. Essa descoberta adquire um significado especial se considerarmos que as teorias do desenvolvimento econômico e da desigualdade de renda estipulam a diminuição da desigualdade com o avanço das sociedades industrializadas. O Brasil permanece como um caso que desafia tais tipos de teorias porque o país passou por um processo de industrialização muito rápido, que não foi acompanhado por uma diminuição paralela da desigualdade de renda. Essa "estabilidade inaceitável", para usar uma expressão cunhada por alguns economistas (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000), resulta do fato de que, em termos absolutos, a modernização do Brasil foi marcada por uma expansão concomitante dos setores ricos e pobres da população. Como, em termos absolutos, a população é grande, o pequeno percentual do setor rico engloba, na realidade, um grande número de pessoas, as quais se beneficiaram do desenvolvimento econômico. Essa pequena proporção

de ricos, que engloba um grande número de pessoas, é suficiente para mover os padrões de consumo que levam ao crescimento econômico.]

Em relação à educação, mostro que houve uma certa melhora. As médias de escolarização das pessoas com origens em cada classe social aumentaram de modo geral, ou seja, independentemente da classe social de origem, o acesso à educação primária cresceu. No entanto, o nível superior continua a ser um privilégio desfrutado, principalmente, pelas pessoas com origens nas posições de classes mais elevadas. A ampliação do acesso à educação primária foi mais rápida entre 1973 e 1982 e diminuiu após esse período. Outra descoberta interessante foi o fato de que pessoas provenientes das classes não-manuais tendem a apresentar níveis de escolaridade mais altos do que as que vieram de famílias das classes manuais. Apesar dessas melhoras, o nível de escolaridade alcançado pela população continua a ser muito baixo. Isso distingue o Brasil de outros países. Essa descoberta desafia as teorias que vinculam a obtenção de educação à industrialização. O Brasil está se industrializando rapidamente, mas continua a ter um grande contingente de pessoas com poucos recursos educacionais. Tal situação precisa ser compreendida mais em termos institucionais (isto é, do mau funcionamento dos sistemas educacionais) do que em termos de desenvolvimento econômico. Eu insisto em afirmar que o crescimento econômico não soluciona os problemas da baixa obtenção de escolaridade e da desigualdade de renda no Brasil.

Finalmente, em relação aos itens de consumo e ao acesso a serviços básicos, a privação também está distribuída de maneira desigual entre classes sociais. Tendo como base os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, os dados mostram que as classes mais altas não sofrem com a falta de itens como televisão e geladeira, tampouco com a carência de água limpa, sistemas de esgoto, fornecimento de energia e coleta de lixo. Em compensação, as classes mais baixas não possuem acesso a esses itens e serviços básicos. No entanto, para estas, especialmente entre 1973 e 1982, o acesso a esses itens e serviços aumentou muito. Em outras palavras, como esses bens e serviços foram difundidos para um maior percentual de toda a população, aparentemente a desigualdade diminuiu. Todavia, isso não significa que as condições de vida estejam, de maneira geral, sendo distribuídas de forma mais igualitária, porque, na realidade, a diversidade de serviços e de itens de consumo também aumentou muito durante o período estudado. Por exemplo, ao mesmo tempo em que as classes mais baixas têm

mais acesso a itens como televisões e geladeira, as classes mais altas começam a adquirir aparelhos de vídeo e computadores. Seria precipitado concluir que em termos de condições de vida, tendo como base apenas a distribuição dos bens e serviços que descrevi, a desigualdade esteja diminuindo.

Ao longo deste capítulo argumentei de diversas formas que o estudo das classes sociais é fundamental para entender diversas formas de desigualdade de social no Brasil. Mostrei que uma concepção weberiana de classes sociais, embora constantemente reformulada e criticada, é extremamente útil para explicar as desigualdades sociais. Os próximos capítulos revelam que o esquema weberiano também é relevante para analisar os padrões de mobilidade social nacionais, bem como para implementar comparações internacionais.